CEDIM/SC

ATA - 08ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA- 2026. O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER (CEDIM/SC), no dia 08 de setembro de 2026, no formato híbrido, realizou a 08ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC, do referido ano, sob a condução da Conselheira e Presidenta do CEDIM/SC, Marlete de Oliveira. A 08ª Reunião Plenária Ordinária contou com a presença das **Conselheiras representantes das Organizações Governamentais**: Conselheira Titular Cleia Pereira, representante da UDESC; Conselheira Titular Patrícia Zimmermann D'Ávila, representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP); Conselheira Titular Elizete Geraldi, representante da Secretaria de Estado da Educação (SED); Conselheira Titular Maria Augusta Ungaretti, representante da Secretaria de Estado da Saúde (SES); Conselheira Titular Milena Lopes e sua Suplente Fabiana de Souza, representantes da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família (SAS); Conselheira Titular Patrícia Ferreira, representante da Procuradoria Geral do Estado (PGE/SC); Conselheira Titular Jéssica Fortunato Canto, representante do Gabinete da Vice-Governadora e Conselheira Titular Inez Heerdt, representante da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços (SICOS/SC). Participaram também as **Conselheiras representantes das Organizações Não Governamentais**: Conselheira Titular Terezinha Mafioletti, representante da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Conselheira Suplente Joseane Nazareo, representante do CRP 12ª Região; Conselheira Titular Juci Tomais, representante do Instituto Gente de Direitos; Conselheira Titular Marlete de Oliveira, representante da Marcha Mundial das Mulheres; Conselheira Titular Leslie Mayer, representante da FETAESC; Conselheira Suplente Denize de Oliveira, representante do Instituto Movimento Jovem de Araquari; Conselheira Titular Marina Soncini e sua Suplente Luíza da Costa, representantes do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC; Conselheira Titular Alice Menegasso, representante da UNICAFES; Conselheira Titular Andrea Vergani, representante da BPW e a Conselheira Titular Tamayra Henkel, representante do

Pág. 01 de 09 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SST 00000274/2021 e o código K361F5BJ.

Movimento Mulheres do Litoral. As conselheiras Dirlei Rofner; Vanessa Caminha; Marta Koerich; Carla Dagostin e Margot Zetzsche justificaram a ausência. Como convidadas, participaram Fabiana Ribeiro, secretária do Conselho Estadual do Artesanato e Economia Solidária e as representantes da Frente Catarinense de Luta pela Discriminalização e Legalização do Aborto Legal, Myriam Vargas e Aline Soares. A 08ª Plenária Ordinária do CEDIM/SC do ano de 2026 teve a seguinte **pauta**: 1.Levantamento do Quórum; 2. Justificativas de ausências; 3. Aprovação da Ata da 07ª Plenária Ordinária – Ano 2026, realizada em 11 de agosto de 2026; 04.Apresentação do Instituto Movimento Jovem de Araquari pela Conselheira Denize de Oliveira; 05. Informe Lei 15.419/26 - alteração da Lei da Economia Solidária; 06. Apresentação da Frente Catarinense de Luta pela Discriminalização e Legalização do Aborto Legal que solicita informações sobre o protocolo justiça reprodutiva utilizado na rede catarinense; 07.Deliberação Edital de Convocação Fórum Eletivo da Sociedade Civil do CEDIM; 08. Deliberação Seminário do CEDIM - março de 2027; 09.Relato das Comissões e Grupos de Trabalho; 10. Informes Gerais; 11.Encerramento. **Aberta a reunião**, após levantamento do quórum e aprovação das justificativas de ausências, Marlete agradeceu a presença de todas. Após, Carol passou para o item **03. Aprovação da Ata da 07ª Plenária Ordinária – Ano 2026, realizada em 11 de agosto de 2026.** Sendo que a ata foi aprovada. **04. Apresentação do Instituto Movimento Jovem de Araquari.** Denize (02 min) apresentou o trabalho do Instituto Movimento, ONG sediada no bairro Itinga, em Araquari (região de divisa com Joinville), voltada ao atendimento de pessoas em situação de alta vulnerabilidade social na região. Ela também detalhou a estrutura física do instituto (sede própria com quadra esportiva, salas de atendimento, sala de informática com 6 a 7 computadores, biblioteca comunitária e espaço para cursos de panificação/culinária) e a parceria de espaço com um grupo de escoteiros que atende jovens de 7 a 21 anos aos sábados. Denize explicou que o instituto oferece atendimento psicológico e jurídico, aulas de funcional (2x/semana), capoeira (1x/semana), reforço

Pág. 02 de 09 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SST 00000274/2021 e o código K361F5BJ.

escolar, além de realizar campanhas de doação. Denize ainda relatou que as atividades do curso de panificação, da biblioteca e do brechó estavam temporariamente suspensas devido a reformas na estrutura física (financiadas por subsídio governamental recebido no ano anterior) e aos atrasos causados pelas intensas chuvas na região de Joinville e ressaltou que a Assistência Jurídica é prestada de forma voluntária por três advogadas (Denize, Luciana e Júlia Melim, ex-conselheira do CEDIM), focando em direito de família e violência doméstica. Destacou que o município de Araquari enfrenta déficit estrutural no acesso à justiça, pois não possui Defensoria Pública, subseção da OAB (vinculada a São Francisco do Sul) ou delegacia especializada para mulheres. Leslei indagou sobre a existência de convênios formais (ex.: SENAI) para o curso de panificação. Denize esclareceu que as aulas dependem de professores voluntários e que estão estruturando o módulo com suporte de nutricionista para ensinar elaboração de tabela nutricional e rotulagem. Cleia elogiou a abrangência do trabalho e colocou a extensão universitária à disposição para apoiar a ampliação do acervo da biblioteca comunitária e atividades pedagógicas de reforço escolar. A Secretária Milena solicitou o quantitativo de mulheres atendidas pela instituição, sendo que Denize informou que levantará os dados específicos de atendimentos jurídicos e psicológicos para apresentar ao CEDIM. Marlete valorizou a atuação do instituto na proteção de meninas e adolescentes e no uso do esporte e da educação como ferramentas de transformação social. Patrícia Zimmermann perguntou se houve contato formal com a DPCAM de Araquari. Denize respondeu que o município dispõe de apenas uma delegacia comum e que ainda não realizaram ações conjuntas. Passou-se para o próximo ponto. **5. Informe Lei 15.419/26 - alteração da Lei da Economia Solidária.** Fabiana Ribeiro, Secretária do Conselho Estadual de Artesanato e Economia Solidária/SICOS (25 min) contextualizou as atribuições da Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços (SICOS), que abriga o Conselho Estadual de Artesanato e Economia Solidária, o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB/SC) e o Programa de Fomento da Economia Solidária. Ela

Pág. 03 de 09 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SST 00000274/2021 e o código K361F5BJ.

também apresentou os dados do Sistema de Informações do Artesanato Brasileiro (SICAB), que contabiliza 5.594 artesãos e artesãs cadastrados em Santa Catarina, dos quais 79% são mulheres e 20% são homens, predominantemente no litoral e utilizando técnicas manuais de crochê, costura, macramê e tricô. No cadastro do CADsol (economia solidária), observou-se predominância masculina nas cooperativas rurais do Oeste, enquanto nas cidades as mulheres lideram via artesanato. Ela detalhou as alterações trazidas pela nova legislação do artesanato sancionada em 2026 (atualização da Lei de 2015): 1. Linguagem inclusiva: Alteração formal para incluir o termo "artesã" no texto da lei e no título oficial da categoria ("profissão do artesão e da artesã"). 2. Validade da carteira: Redução do prazo de validade da carteira profissional de 6 para 3 anos. 3. Diretrizes para mulheres: Previsão legal para que o poder público preste apoio prioritário a associações de mulheres artesãs, garantindo atenção especial no acesso a linhas de crédito, programas de qualificação, redução de desigualdades de gênero, assistência técnica e incentivo à comercialização. 4. Data comemorativa: Alteração do nome oficial do dia 19 de março para "Dia Nacional da Artesã e do Artesão". Cleia elogiou o uso do painel em Power BI para dar transparência aos dados territoriais e ressaltou a aderência da nova legislação ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de redução das desigualdades de gênero por meio da autonomia financeira das mulheres. Inez destacou a relevância de articular os programas da SICOS com a rede do CEDIM para encaminhar mulheres em situação de vulnerabilidade e violência a alternativas de geração de renda. Ato contínuo. **6. Apresentação da Frente Catarinense de Luta pela Discriminalização e Legalização do Aborto Legal que solicita informações sobre o protocolo justiça reprodutiva utilizado na rede catarinense.** Aline Soares e Myriam Vargas (49 min) apresentaram o histórico da Frente Catarinense (criada em 2017) e pautaram a necessidade de garantir o cumprimento do aborto legal previsto no Código Penal (casos de estupro, risco de vida e anencefalia). Elas denunciaram barreiras geográficas e institucionais graves em Santa Catarina: a

Pág. 04 de 09 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SST 00000274/2021 e o código K361F5BJ.

existência de apenas 04 hospitais de referência (HU e Regional de São José na Grande Florianópolis; Hospital Santo Antônio em Blumenau; Hospital Darcy Vargas em Joinville), deixando as regiões Oeste e Serra totalmente desassistidas. Relataram que moradoras do Oeste chegam a deslocar-se por mais de 8 horas para acessar o procedimento. Elas também apontaram a recusa imotivada de atendimento por barreiras de regionalização ("porta fechada" entre municípios) e a exigência ilegal de autorização judicial para gestações acima de 22 semanas (limite temporal infralegal não previsto na legislação brasileira) e apresentaram dados estatísticos do SINASC/DATASUS: entre 2021 e 2025, citando que 1.107 crianças de 10 a 14 anos deram à luz em Santa Catarina (sendo Chapecó o município com maior número de casos de estupro de vulnerável resultando em partos). Em contrapartida, entre 2020 e 2024, apenas 30 crianças no estado conseguiram acessar o procedimento de aborto legal. Por fim, elas solicitam ao CEDIM requeira formalmente à Secretaria de Estado da Saúde o protocolo e o fluxo oficial de atendimento às vítimas em situação de aborto legal na Rede Catarinense. A Secretária Milena indagou se há cruzamento entre dados de partos infantis e denúncias de abuso sexual. Aline esclareceu que a notificação é obrigatória para menores de 14 anos, mas reiterou que a denúncia policial não é pré- requisito legal para que a vítima acesse os serviços de saúde e o aborto legal. Andréa confirmou que a legislação não exige a apresentação de Boletim de Ocorrência (B.O.) para a realização do aborto legal, bastando a palavra e o consentimento da vítima/responsável. Cleia classificou a peregrinação de crianças até a 22ª semana como uma crueldade e defendeu a atuação intersetorial em rede (Saúde, Educação, Assistência Social e Segurança Pública) e a inserção da temática no currículo escolar. Marlete e Terezinha enfatizaram que o índice de aproximadamente 350 gestações de meninas por ano em SC exige fiscalização rígida dos hospitais públicos. Terezinha sugeriu convocar a Secretaria Estadual de Saúde para apresentar seus fluxos na plenária e propor a fixação de cartazes/folders explicativos sobre o fluxo de atendimento em todos os equipamentos públicos de saúde, educação e

Pág. 05 de 09 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SST 00000274/2021 e o código K361F5BJ.

assistência. Por fim, ficou deliberado que o CEDIM aprovou o encaminhamento formal de ofício para a Secretaria de Estado da Saúde solicitando os protocolos e fluxos de atendimento à rede estadual de saúde. Ato contínuo. **07.Deliberação Edital de Convocação Fórum Eletivo da Sociedade Civil do CEDIM.** Carol (1h 20min) contextualiza sobre o edital para a eleição da sociedade civil para a próxima gestão do CEDIM que foi elaborado pela Comissão Eleitoral já constituída. Mariane propôs que fosse incluído no edital um critério de "escalonamento", onde entidades que atendem um número maior de municípios teriam mais pontos. Marlete e Marina argumentaram contra a métrica de pontuação alegando que a organização social é complexa e diferente da governamental (trabalho voluntário/limitado) e também que o método de seleção histórico do CEDIM é por votação em fórum, não por pontuação técnica de edital, o que tornaria a proposta de escalonamento incompatível com o rito democrático. Patrícia Ferreira e Patrícia Zimmermann contra argumentaram que, por se tratar de um conselho estadual, entidades com maior capilaridade regional deveriam receber pontuação superior para orientar a classificação caso houvesse mais de 12 entidades habilitadas. Cleia explicou que estabelecer pontuação por tamanho favoreceria entidades de grande porte e excluiria movimentos sociais de menor escala, coletivos de mulheres negras, indígenas, periféricas ou com deficiência que atuam com recursos limitados. A discussão foi encaminhada para votação sendo que a opção 01 era manter o texto do edital original (sem métrica de pontuação/ranqueamento, mantendo o Fórum Eletivo tradicional com critério mínimo de atuação em 3 municípios) e a opção B era alterar o edital para incluir a métrica de pontuação por abrangência municipal. O resultado da votação ficou: pela manutenção do edital original (Opção A: 11 VOTOS Juci; Andréa; Terezinha; Leslie; Joseane; Elizete; Cleia; Alice; Marina; Tamayra e Denize). Pela alteração do edital (Opção B): 6 VOTOS (incluindo Patricia Ferreira, Patricia Maria Zimmermann, Jéssica; Milena; Mariane e Inez). Decisão: Aprovada a manutenção do edital de convocação em seu formato original, sem alterações. Calendário Aprovado do

Pág. 06 de 09 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SST 00000274/2021 e o código K361F5BJ.

Processo Eleitoral: Publicação do edital oficial no Diário Oficial do Estado: até 10 de setembro de 2026 e Período de inscrição das entidades da sociedade civil: 21 de setembro a 30 de outubro de 2026. **08. Deliberação Seminário do CEDIM - março de 2027.** Marlete (2h07min) propõe a realização de um Seminário Estadual promovido pelo CEDIM na primeira semana de março de 2027 (integrando a programação do Dia Internacional da Mulher). O evento terá como foco debater a implementação do Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres (PEPPM) e o acompanhamento das ações do Pacto Estadual Maria da Penha junto aos municípios e conselhos municipais. O seminário ocorrerá em formato presencial ao longo de um dia inteiro no auditório da SAS (capacidade estimada em 50 pessoas), com transmissão ou articulação com gestores municipais. Cleia explica que a organização do evento ficará sob responsabilidade da Comissão de Formação, sendo que a realização do seminário foi aprovada por unanimidade pela plenária. **09.Relato das Comissões e Grupos de Trabalho. Em relação à Comissão de Formação,** Cleia (2h 08 min) informou que o curso de capacitação em parceria com a UDESC em andamento, conta com aproximadamente 280 inscritos e que há previsão de nova oferta no primeiro semestre de 2027, além da organização do seminário de março. Sobre a **Comissão de Normas, Legislação e Orçamento**, Inez (2h 16 min) registrou a localização do Processo Administrativo SCC 5043/26 (tramitado em 29/08/2019 pela Casa Civil à SAS), contendo despacho que solicita adequações na minuta revisada do Regimento Interno do CEDIM. A plenária concordou em encaminhar o processo à Assessoria Jurídica da SAS para emissão de parecer técnico sobre os pontos exigidos, visando à posterior homologação governamental. No que diz respeito à **Comissão de Enfrentamento à Violência**, Carol (2h 23 min) apresentou o parecer referente ao Projeto "Rota Segura", encaminhado pela OAB/SC, que propõe parcerias com aplicativos de transporte privado para garantir o deslocamento seguro de mulheres vítimas de violência até delegacias e redes de acolhimento. O CEDIM aprovou a minuta de ofício manifestando parecer favorável à

Pág. 07 de 09 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SST 00000274/2021 e o código K361F5BJ.

viabilidade da política pública, solicitou informações complementares sobre fonte de recursos e modelos operacionais executados em outros estados e deliberou por convidar representantes da OAB/SC para apresentarem o projeto detalhadamente na plenária seguinte. Sobre a **Comissão de Comunicação**, Marina (2h 29min) relatou que as postagens e campanhas públicas nas redes oficiais continuam temporariamente suspensas em razão da legislação eleitoral. Por fim, em relação à **Comissão do Pacto Maria da Penha**, Carol (2h 30min) confirmou a realização da próxima reunião de trabalho para o dia 24 de setembro de 2026, às 14:00, na sala de reuniões da SAS, com a presença dos órgãos signatários (Ministério Público, Tribunal de Justiça, FECAM, Defensoria Pública e ALESC) para apresentação de seus fluxos e protocolos de atendimento. **10. Informes Gerais.** A Secretária Milena (2h 31min) prestou atualizações sobre a Casa da Mulher Brasileira, informando que o Grupo Executivo esteve reunido no Gabinete da Vice-Governadora Marilisa e que a minuta do Termo de Cooperação Técnica foi distribuída às instituições parceiras para análise de custeio/manutenção (com terreno já definido). Inez fez um relato de sua participação na reunião organizada pela Secretaria da Presidência da República sobre previsões de eventos climáticos severos decorrentes do fenômeno El Niño até dezembro de 2026, com pico crítico previsto para o mês de outubro (com especial alerta para a Bacia Hidrográfica do Vale do Itajaí). Solicitou-se atenção preventiva dos órgãos de assistência e da Defesa Civil às mulheres moradoras de áreas de risco. Por fim, Marlete, Fabiana e Elizete relataram ações do "Agosto Lilás" em escolas estaduais e no SESI/SENAI (projetos Papo Lilás e rodas de conversa). Defendeu-se a inclusão contínua da temática da Lei Maria da Penha, igualdade de gênero e combate ao racismo na base curricular estadual. **11. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, Marlete agradeceu a participação de todas e deu-se por encerrada a 08ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC - Ano 2026. Eu, Carolina Freitas, Secretária do Conselho, lavrei a presente Ata. Link para acessar a gravação da reunião:

Pág. 08 de 09 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SST 00000274/2021 e o código K361F5BJ.

CEDIM/SC

https://drive.google.com/file/d/1pKfmyjIpR29urFbry802gLUJC7PbuxPV/view?usp=drive_link

Pág. 09 de 09 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SST 00000274/2021 e o código K361F5BJ.

Assinaturas do documento

Código para verificação: **K361F5BJ**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

CAROLINA SILVA RODRIGUES DE FREITAS (CPF: 036.XXX.509-XX) em 13/10/2026 às 16:26:36
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:30:25 e válido até 13/07/2118 - 13:30:25.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MThfMDAwMDAyNzRfMjc0XzIwMjFfSzM2MUY1Qko= ou o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo **SST 00000274/2021** e o código **K361F5BJ** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.